



Eixo 6 – O mundo digital: apropriação e desafios

Biblioteconomia em movimento: estratégias de enfrentamento às desigualdades e promoção da justiça informacional em territórios vulnerabilizados

Librarianship in motion:

strategies to confront inequalities and promote information justice in vulnerabilized territories

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – elisamara.carvalho@edu.unirio.br

Ester da Silveira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – esterdasilveira@edu.unirio.br

José Alberto Monteiro Mendes – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – alberto.mont.unirio.br@edu.unirio.br

Thuanny Dourado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – thuannydourado@edu.unirio.br

Nathalia Romeiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – romeironathalia@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute a atuação da Biblioteconomia no enfrentamento da desinformação mediada por tecnologias digitais e inteligência artificial, articulando o conceito de justiça informacional às desigualdades sociais e epistêmicas. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, fundamentada em referenciais da Ciência da Informação, Educação e Biblioteconomia crítica. Os resultados evidenciam que o acesso formal à informação é insuficiente sem mediação crítica, letramento informacional e participação nos ecossistemas digitais. Conclui-se que a Biblioteconomia deve assumir protagonismo político e territorializado, promovendo educação em informação, inclusão digital e estratégias de enfrentamento das desigualdades informacionais.

Palavras-chave: Justiça informacional. Desinformação. Competência em informação. Inteligência artificial. Biblioteconomia social.



Abstract: This study discusses the role of Librarianship in confronting disinformation mediated by digital technologies and artificial intelligence, articulating the concept of information justice with social and epistemic inequalities. It is characterized as a qualitative, bibliographic, and exploratory study grounded in Information Science, Education, and critical Librarianship. The results show that formal access to information is insufficient without critical mediation, information literacy, and participation in digital ecosystems. The study concludes that Librarianship must assume a political and territorialized role by promoting information education, digital inclusion, and strategies to combat informational inequalities.

Keywords: Information justice. Disinformation. Information literacy. Artificial intelligence. Social librarianship.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais no Brasil não resultou, automaticamente, em democratização informacional. Ao contrário, aprofundou desigualdades estruturais relacionadas à classe, raça, gênero, idade e território, além de produzir novas formas de exclusão em ambientes mediados por plataformas e algoritmos (Silva, 2022). O acesso à internet e a dispositivos tecnológicos, embora necessário, não garante participação qualificada nos ecossistemas informacionais, pois as assimetrias se manifestam sobretudo na capacidade de interpretar, avaliar criticamente e utilizar a informação de modo significativo. Com o avanço da inteligência artificial generativa, esse quadro se intensifica. A produção massiva de conteúdos sintéticos (como deepfakes, imagens manipuladas e textos automatizados) amplia a circulação de desinformação e fragiliza parâmetros de confiança pública. Comunidades com menor letramento midiático e acesso limitado a fontes confiáveis tendem a ser mais impactadas, evidenciando a desinformação como expressão contemporânea da injustiça informacional.

Parte-se da premissa de que a justiça informacional ultrapassa o acesso formal, envolvendo condições de participação, reconhecimento e produção de conhecimento (Garcês-da-Silva, 2023). Pergunta-se: quais estratégias podem orientar a atuação da Biblioteconomia frente à desinformação mediada por tecnologias digitais e IA? O objetivo geral consiste em discutir essa problemática articulando-a ao papel da Biblioteconomia na promoção da educação em informação e na redução das desigualdades. Especificamente, busca-se: a) contextualizar a justiça informacional em diálogo com a injustiça epistêmica e os regimes algorítmicos; e, b) propor estratégias de atuação profissional no enfrentamento à injustiça informacional. Justifica-se o estudo



pela necessidade de reposicionar a área como agente estratégico na defesa da democracia informacional, fortalecendo uma Biblioteconomia crítica e socialmente comprometida.

2 METODOLOGIA

Adota-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, com enfoque teórico e propositivo. A opção pela abordagem qualitativa permite analisar as relações entre desinformação, tecnologias digitais e desigualdades informacionais, considerando seus desdobramentos sociais e políticos. O estudo baseia-se na revisão de literatura nacional e internacional nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Educação, com foco em autores conectados ao tema. O levantamento bibliográfico reúne discussões sobre justiça informacional, injustiça epistêmica, desinformação e inteligência artificial, enquanto o caráter exploratório se justifica pela ainda recente articulação entre esses debates. A partir disso, o trabalho propõe reflexões que possam orientar práticas bibliotecárias em territórios vulneráveis.

3 JUSTIÇA INFORMACIONAL: PODER, DESIGUALDADES E PARTICIPAÇÃO NOS ECOSISTEMAS DIGITAIS

A justiça informacional não pode ser entendida apenas como garantia de acesso formal à informação. Ela constitui um campo teórico e político que examina as condições sociais, econômicas, culturais e tecnológicas que definem quem pode acessar, produzir, compartilhar e legitimar conhecimentos. Nessa perspectiva, a informação deixa de ser vista como recurso neutro e universal e passa a ser compreendida como elemento atravessado por relações históricas de poder que moldam práticas de organização, mediação e circulação, produzindo inclusões e exclusões (Garcês-da-Silva, 2023). Discutir justiça informacional implica, portanto, analisar os mecanismos que estabelecem visibilidade, autoridade e reconhecimento nos ecossistemas informacionais.

Romeiro e Silveira (2024) argumentam que a justiça informacional não se restringe à distribuição equitativa de recursos, mas envolve também participação efetiva nos espaços decisórios e reconhecimento das múltiplas identidades e



experiências sociais. O acesso não se resume à disponibilização de conteúdos ou infraestrutura tecnológica. Ele se concretiza quando a informação é acessível, localizável, compreensível e passível de uso significativo. Isso exige reconhecer os sujeitos como usuários e também como produtores e fontes legítimas de conhecimento, capazes de intervir nos fluxos informacionais. A aproximação entre justiça informacional e injustiça epistêmica amplia essa compreensão. Garcês-da-Silva (2023) identifica quatro dimensões da injustiça epistêmica — testemunhal, hermenêutica, curricular e participativa — que demonstram como a exclusão informacional ultrapassa a dimensão material. Ela afeta a credibilidade atribuída a determinados grupos, limita seus instrumentos interpretativos, restringe o acesso a processos formativos e impede a participação na produção e validação do saber. A exclusão, assim, compromete a legitimidade dos sujeitos enquanto agentes epistêmicos.

No contexto contemporâneo, marcado pela centralidade das tecnologias digitais, essas dimensões tornam-se mais complexas. A injustiça hermenêutica manifesta-se na ausência de ferramentas cognitivas e tecnológicas que permitam interpretar criticamente algoritmos e sistemas automatizados. A injustiça participativa ocorre quando grupos sociais são excluídos ou sub-representados em plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial. A desigualdade digital intensifica silenciamentos e pode resultar no que Garcês-da-Silva (2023) denomina epistemicídio, entendido como a inviabilização estrutural da presença de certos grupos nos espaços de produção e legitimação do conhecimento.

A crítica à injustiça informacional deve considerar suas dimensões infraestruturais, algorítmicas e políticas. Saldanha, Almeida e Silveira (2022) demonstram que os sistemas de organização do conhecimento não são neutros, pois incorporam interesses históricos e relações de poder. No ambiente digital, essa lógica se expande por meio de mecanismos de busca e plataformas que operam com critérios frequentemente opacos, reforçando desigualdades. Assim, a injustiça informacional não se limita à sub-representação simbólica, mas envolve barreiras concretas à participação e à inteligibilidade dos sistemas informacionais.

Ainda que a ampliação do acesso seja indispensável, ela não assegura apropriação crítica da informação. Johanna W. Smit (2012) observa que bibliotecas, arquivos e museus são essenciais para a democratização informacional, mas não



transformam automaticamente as condições sociais. Permanece uma distância entre o discurso da democratização e a efetiva capacidade de uso emancipatório da informação. Esse cenário redefine a atuação do profissional da informação. Moraes e Lucas (2012) indicam que a prática deixou de se concentrar apenas na organização de acervos para assumir a mediação informacional como eixo central, sobretudo em contextos de desigualdade social e tecnológica. A mediação torna-se estratégia de enfrentamento das assimetrias no acesso a bens e serviços essenciais, ampliando a responsabilidade social da profissão.

A contribuição de Paulo Freire (1981) é decisiva ao vincular educação, conscientização e transformação social. O acesso ao conhecimento só se efetiva quando associado à leitura crítica da realidade e à capacidade de intervenção. No contexto atual, isso implica integrar educação em informação, letramento digital e letramento midiático no enfrentamento das desigualdades. Periferias urbanas e territórios historicamente negligenciados evidenciam essas dinâmicas, pois a exclusão se expressa tanto na precariedade das infraestruturas quanto na insuficiência de políticas públicas. A IFLA (2024) reconhece o acesso significativo à informação como direito fundamental, cuja efetivação depende de condições materiais e sociais adequadas. Promover justiça informacional exige, portanto, enfrentar desigualdades estruturais e criar condições para participação crítica e ativa nos ecossistemas informacionais.

4 EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA NO ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO DIGITAL

A desinformação não é um fenômeno recente, mas assume novas proporções no contexto das tecnologias digitais e da inteligência artificial generativa. A ampla conectividade, associada a plataformas digitais, aplicativos de mensagens e sistemas automatizados, intensifica a produção e a circulação de conteúdos falsos, manipulados ou descontextualizados. Informações enganosas que antes se espalhavam lentamente agora podem alcançar milhões de pessoas em poucas horas. Um boato sobre vacinas, por exemplo, pode ser replicado em redes sociais e impulsionado por algoritmos que privilegiam conteúdos com maior engajamento. Nesse ambiente, a desinformação integra um ecossistema marcado pela disputa de narrativas, pela lógica da economia da



atenção e pela opacidade algorítmica, que prioriza determinados conteúdos sem transparência quanto aos critérios adotados.

Araújo (2021) analisa a pós-verdade como fenômeno cultural relacionado, mas distinto, das fake news. Trata-se de uma condição em que fatos objetivos perdem centralidade diante de crenças e emoções. Evidências científicas sobre mudanças climáticas ou vacinação podem ser desconsideradas quando confrontam convicções ideológicas. O problema, assim, ultrapassa a existência de conteúdos falsos e envolve a naturalização do desinteresse pela verificação. Tal cenário demanda da Ciência da Informação uma atuação voltada à mediação crítica e à formação de cidadãos capazes de avaliar informações com autonomia.

A consolidação da inteligência artificial generativa amplia esses desafios. Gomes e Oliveira (2024) destacam que ferramentas como ChatGPT, DALL-E e Gemini permitem criar textos, imagens e vídeos altamente verossímeis, incluindo deepfakes que simulam falas e situações inexistentes. Casos de vídeos falsos atribuídos a figuras públicas e de imagens fabricadas sem consentimento evidenciam os riscos dessas tecnologias. No Brasil, a regulamentação do uso de IA pelo Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2024 demonstra preocupação com a manipulação de conteúdos políticos. Jeong (2024) observa que recursos de edição com IA incorporados a smartphones possibilitam alterar fotografias com poucos comandos, enfraquecendo a confiança na imagem como evidência.

Os impactos da desinformação, entretanto, não são homogêneos. Comunidades periféricas e populações vulnerabilizadas tendem a ser mais afetadas, especialmente quando enfrentam limitações de letramento midiático e acesso precário à internet. Pesquisa do Data Favela indica que 89% dos moradores de periferias brasileiras já tiveram contato com fake news, totalizando cerca de 94 milhões de pessoas (Dauer, 2024). Muitos relatam receber informações falsas sobre programas sociais e emprego, enquanto apenas 21% acreditam que a população possui ferramentas adequadas para identificar notícias enganosas (Ozório, 2024). O relatório Panorama Político 2024, do DataSenado, aponta que 72% dos usuários de redes sociais tiveram contato recente com conteúdos suspeitos, e metade declara dificuldade em reconhecê-los (Brasil, 2024). Esses dados reforçam a urgência de políticas estruturadas de educação midiática e informacional. A desinformação deve, portanto, ser compreendida como questão de



justiça informacional. O acesso à informação envolve não apenas disponibilidade, mas condições materiais, cognitivas e tecnológicas para interpretação crítica. A habilidade de verificar fontes e analisar evidências impacta diretamente a autonomia e a participação democrática.

A competência em informação é dimensão estratégica nesse enfrentamento. Zattar (2017) enfatiza a avaliação de autoria, data e evidências antes do compartilhamento. Ançanello, Casarin e Furnival (2023) ressaltam a importância de buscar, analisar e difundir informações de forma ética. Cerigatto e Nunes (2020) defendem que a cultura digital deve ser trabalhada com reflexão crítica sobre seus impactos sociais e políticos. Além disso, é essencial problematizar o papel das plataformas e algoritmos. Sistemas de recomendação podem reforçar polarizações ao sugerir conteúdos alinhados a interações anteriores, criando bolhas informacionais. Silva (2022) demonstra que tecnologias como reconhecimento facial apresentam maiores taxas de erro para pessoas negras, revelando como algoritmos podem reproduzir desigualdades estruturais. Enfrentar a desinformação mediada por IA exige abordagem integrada que articule educação midiática, regulação e transparência das plataformas, responsabilização das empresas e políticas de inclusão digital, formando sujeitos capazes de compreender criticamente a circulação da informação e contribuir para uma esfera pública mais democrática e justa.

5 BIBLIOTECONOMIA EM MOVIMENTO: ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA INFORMACIONAL

Conforme discutido, a justiça informacional não se concretiza apenas com a existência formal de bibliotecas, mas com a atuação ativa, crítica e territorializada de profissionais comprometidos com a transformação social. Em contextos marcados por desinformação algorítmica, fragilidade das políticas públicas e desigualdade tecnológica, a prática bibliotecária não pode restringir-se aos espaços institucionais tradicionais. Embora bibliotecas públicas e comunitárias sejam estratégicas para a educação em informação, muitos territórios periféricos carecem de equipamentos culturais e, sobretudo, de mediadores qualificados. Cabral e Sousa (2023) alertam que a desinformação atinge com mais força comunidades com menor letramento informacional e digital, agravando exclusões. Diante disso, impõe-se um



reposicionamento epistemológico e político da Biblioteconomia, que deve assumir a desigualdade informacional como problema central, romper com modelos elitizados e reafirmar seu compromisso público, estruturando ações concretas em eixos estratégicos.

Quadro 1 – Estratégias para promoção da justiça informacional para a classe bibliotecária

<p>1. Ensino: formação territorializada: É urgente incorporar de forma transversal nos currículos de Biblioteconomia disciplinas e práticas voltadas à educação em informação crítica, justiça informacional, ética algorítmica e mediação em territórios vulnerabilizados. A formação precisa preparar profissionais capazes de atuar em contextos de vulnerabilidade, compreendendo as dinâmicas da desinformação digital e suas implicações sociais. Podem ser desenvolvidas olimpíadas de inovação, de empreendedorismo, <i>hackatons</i>, entre outras metodologias que visem a solução de problemas estruturais de desigualdade.</p>
<p>2. Pesquisa: A produção acadêmica deve avançar da descrição diagnóstica para a intervenção estruturada. Pesquisas podem mapear desertos informacionais urbanos e rurais, desenvolver metodologias de educação em informação para populações periféricas e avaliar impactos de programas de educação midiática. Projetos interdisciplinares com outras áreas podem fortalecer a análise dos regimes algorítmicos que estruturam o acesso à informação.</p>
<p>3. Extensão universitária: A extensão deve consolidar-se como espaço privilegiado de enfrentamento à desigualdade informacional. Oficinas de verificação de informações, formação para uso crítico de redes sociais e inteligência artificial, capacitação para identificação de deepfakes e criação de redes comunitárias de mediação podem transformar conhecimento acadêmico em prática social. A universidade precisa “sair de seus muros” e estabelecer presença contínua, e não episódica, em territórios historicamente marginalizados.</p>
<p>4. Projetos culturais e participação em editais de fomento: A atuação bibliotecária pode ser potencializada por meio da elaboração de projetos culturais financiados por agências como CNPq, CAPES, FAPs estaduais, Ministério da Cultura e organismos internacionais. Programas de bibliotecas itinerantes, laboratórios comunitários de mídia, clubes de leitura e festivais de cultura digital podem ampliar o alcance social da profissão. A participação ativa em editais exige capacitação em elaboração de projetos e gestão de recursos, competência que deve integrar a formação profissional.</p>
<p>5. Empreendedorismo social e parcerias com a iniciativa privada: A desigualdade informacional também pode ser enfrentada por meio de modelos inovadores de empreendedorismo social. Startups sociais de educação midiática, consultorias em formação informacional para escolas públicas e projetos de inclusão digital em parceria com empresas de tecnologia constituem possibilidades concretas. A colaboração com a iniciativa privada deve ser pautada por princípios éticos e compromisso social, garantindo que a tecnologia seja utilizada como ferramenta de emancipação, e não de aprofundamento das desigualdades.</p>

Fonte: elaboração própria (2026).

Os resultados demonstram que a desinformação ultrapassa a dimensão comunicacional, configurando-se como processo de desumanização que compromete autonomia e cidadania. Romeiro e Spudeit (2018) alertam que a ausência de pensamento crítico enfraquece a participação democrática, tornando sujeitos mais vulneráveis à manipulação e à violência simbólica. A justiça informacional só se efetivará quando o conhecimento acadêmico se traduzir em presença concreta nos territórios. O



currículo Lattes tem relevância, mas não substitui o compromisso ético com a transformação social. A Biblioteconomia brasileira deve assumir protagonismo na construção de uma esfera pública plural e democrática, ocupando escolas, periferias e espaços digitais. Não basta organizar informações; é preciso intervir em sua circulação e enfrentar, de modo ativo, as desigualdades informacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a Biblioteconomia brasileira se encontra diante de uma encruzilhada histórica: ou assume protagonismo na disputa pelos sentidos da informação na esfera pública, ou se resigna à marginalidade institucional em um ecossistema informacional governado por plataformas e interesses corporativos. O enfrentamento da injustiça informacional demanda engajamento político, presença territorial, articulação interinstitucional e compromisso ético com a democratização substantiva do conhecimento. Este trabalho não encerra o debate; ao contrário, insere-se nele como chamado à ação. A promoção da justiça informacional não será alcançada apenas por discursos normativos, mas por práticas que levem formação crítica, mediação qualificada e infraestrutura informacional aos espaços historicamente negligenciados. A democracia brasileira depende de sujeitos capazes de ler criticamente o mundo informacional que os cerca e os profissionais da informação são agentes centrais nesse processo. Permanecer inerte diante da desigualdade é, também, uma escolha política.

REFERÊNCIAS

ANÇANELLO, Juliana Venancio; CASARIN, Helen de Castro Silva; FURNIVAL, Ariadne Chloe. Competência em Informação, fake news e desinformação: análise das pesquisas no contexto brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-125782, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.125782>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/125782>. Acesso em: 11 maio 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13-29, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245271.13-29>. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245271.13-29>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa DataSenado: Panorama Político 2024: notícias falsas e democracia**. Brasília, DF: Senado Federal, ago. 2024. Disponível



em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/publicacaodatasetenado?id=pesquisa-datasetenado-revela-o-que-pensa-o-brasileiro-sobre-fake-news>. Acesso em: 11 maio 2026.

CABRAL, Conde Francine; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias. Práticas em bibliotecas comunitária: o discurso do sujeito coletivo sobre desinformação e empoderamento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, Aracaju-SE. **Anais [...]**. [s. l.]: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/enancib/en/article/view/509/522>. Acesso em: 12 maio 2026.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; NUNES, Andrea Karla Ferreira. O ensino de ciência e a cultura digital: proposta para o combate às fake news no Novo Ensino Médio. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 29-41, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/6507>. Acesso em: 11 maio 2026.

DAUER, Letícia. 89% de moradores da periferia no Brasil já foram vítimas de fake news, aponta pesquisa. **G1**, São Paulo, 5 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/05/89percent-de-moradores-da-periferia-no-brasil-ja-foram-vitimas-de-fake-news-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2026.

DEZUANNI, Michael; OSMAN, Kim. **IFLA Trend Report 2024**. Brisbane: Digital Media Research Centre, 2024. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/ifla-trend-report-2024.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GOMES, Pollyany Annenberg Nascimento; OLIVEIRA, Maria Lívia Pachêco de. Inteligência artificial generativa e a desinformação no Brasil. **Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação**, Maceió, v. 6, e155, 2024. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/155>. Acesso em: 11 maio 2026.

JEONG, Sarah. Ninguém está preparado para isso. **The Verge**, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://www.theverge.com/2024/8/22/24225972/ai-photo-era-what-is-reality-google-pixel-9>. Acesso em: 11 maio 2026.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine Oliveira. A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109–124, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24107>. Acesso em: 3 maio 2026.

OZÓRIO, Letícia. Fake news: nas periferias, 94 milhões foram vítimas de notícias falsas. **Exame**, São Paulo, 5 jul. 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/fake-news-nas-periferias-94-milhoes-foram-vitimas-de-noticias-falsas/>. Acesso em: 11 maio 2026.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Justiça informacional, questões de gênero e interseccionalidades. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. [S. l.]: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2482>. Acesso em: 30 abr. 2026.



ROMEIRO, Nathália Lima; SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis. Desenvolvimento da competência em Informação em comunidades quilombola. *In.*: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de (org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, p. 278, 2018.

SALDANHA, Gustavo; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org). **Teorias críticas em organização do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1248>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022. E-book. ISBN 978-65-86111-70-5.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 3, n. 2, p. 84–101, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i2p84-101. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 3 maio. 2026.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>. Acesso em: 11 maio 2026.

